

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0000343-93.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **IGOR EDUARDO TURCARELLI e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Igor Eduardo Turcarelli, Jeferson Turcarelli e Jairo Alberto Jesue da Silva Gabriel foram denunciados como incurso no art. 35 c/c art. 40, IV da Lei nº 11.343/06 porque, segundo a denúncia, entre 22.05.2012 e 22.06.2012, em horários e locais diversos, no bairro Jardim Gonzaga e, notadamente, na Rua Pernambuco, nº 12, nº 18 e nº 20, nesta cidade de São Carlos, ajustados com o falecido Erivaldo José da Silva e outros indivíduos não identificados, teriam se associado para o fim de praticar os crimes previstos no art. 33 da Lei nº 11.343/06, com o emprego de armas de fogo.

Igor Eduardo Turcarelli e Jeferson Turcarelli também foram denunciados como incurso no art. 33 c/c art. 40, IV da Lei nº 11.343/06 porque, em 08.06.2012, por volta das 21h15min, na Rua Pernambuco, nº 12, no bairro Jardim Gonzaga, nesta cidade de São Carlos, ajustados com Erivaldo José da Silva, que faleceu nesse mesmo dia, com o emprego de armas de fogo, teriam guardado e depositado, para fins de tráfico, 96 pedras de crack pesando 161,7g.

A denúncia foi recebida em 11.02.2015 (fls. 308), os acusados foram citados (fls. 337, 347) e apresentaram resposta (fls. 349/355, 350-A/351-A), não sendo absolvidos

0000343-93.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

sumariamente e inaugurando-se a instrução criminal, ao longo da qual os acusados foram interrogados (fls. 378, 379, 380) e ouvidas testemunhas (fls. 381, 382, 383, 391/392).

As partes manifestaram-se em memoriais, pugnando o Ministério Público (fls. 394/416) pela condenação, e as Defesas (fls. 421/427, 432/439) pela absolvição.

É o relatório. Decido.

Associação para o Tráfico

A materialidade e a autoria delitivas estão comprovadas.

Os acusados Igor Eduardo Turcarelli e Jeferson Turcarelli, juntamente com o falecido Erivaldo José da Silva, conhecido como "Galego", suspeitos de terem praticado um latrocínio, haviam fugido para a Bahia e, posteriormente, voltaram a São Carlos, ainda na condição de foragidos.

A polícia civil logrou identificar os números das suas linhas celulares e houve a interceptação telefônica. O desenvolvimento da investigação, até a interceptação inclusive, pode ser bem compreendido a partir da leitura de fls. 10/25.

Interceptaram-se os telefones de "Galego", Jeferson e da terceira Ateniene.

A gravação das conversas consta dos autos (fls. 26/54: linha utilizada por "Galego"; fls. 55/92: linha utilizada por Jeferson; fls. 92/93: linha utilizada por Ateniene) e as mais importantes foram transcritas na denúncia.

O teor de tais conversas é relevantíssimo e constitui prova idônea para a condenação. Não são simples elementos informativos sem valor probatório, porquanto constituem elementos não repetíveis, nos termos do art. 155, caput, parte final, do CPP. E também não são simples "meio de obtenção de prova", e sim, verdadeiramente, prova criminal legítima.

Os acusados Igor e Jeferson, nos interrogatórios (fls. 378, 379), reconhecem a sua autoria, no que diz respeito a serem eles duas das pessoas cujas conversas foram interceptadas. Sustentam, porém, que foram coagidos pelo falecido Erivaldo José da Silva a falarem tudo o que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

efetivamente falaram.

A tese de coação não convence. A leitura das conversas mostra a inexistência de qualquer nervosismo ou indício de que as falas se dessem sob pressão. Ao contrário, são diálogos espontâneos. Alguns, inclusive, entre os acusados e o afirmado coator, que indicam o bom relacionamento entre todos. O investigador de polícia ouvido, fls. 381, e que efetivamente escutou os diálogos, salientou: "não dava a impressão de que Igor ou Jefferson eram coagidos para falar ao telefone".

A existência da associação é inequívoca. A leitura dos diálogos denota a existência de uma organização criminosa, com o uso de armas de fogo (uma foi apreendida com "Galego" quando do seu óbito, confira-se o depoimento de fls. 382, e o registro da apreensão, fls. 282/283; mas havia outras, como relatado, por exemplo, por Jeferson, no diálogo 70, fls. 71/72, ao dizer que eles perderam três revólveres), para a prática do tráfico de entorpecentes, da qual o acusado Jairo Alberto Jesue da Silva Gabriel, de alcunha "Gordinho", também fazia parte.

As gravações revelam que os associados compravam – de uma pessoa de primeiro nome "Deivid", chamado de "Deivão", casado com uma mulher de nome "Vanessa" - e revendiam droga em mais de um ponto de tráfico, com divisão de tarefas e organizadamente. Discutiram, nas conversas, preços, vendas, quantidades, etc. Trabalhavam, com o auxílio de outros indivíduos que não puderam ser identificados conforme fls. 154 – "Gabriel" e "Luiz" -, em regime de turnos.

As conversas são francas e indicam dedicação constante à mercancia, inclusive com sofisticação, valendo-se, por exemplo, de rádios HTs para escutar as conversas da polícia militar.

O tráfico, frise-se, prosseguiu mesmo após a morte de "Galego".

O acusado Jairo Alberto Jesue da Silva Gabriel, no seu interrogatório (fls. 380), nega as imputações, assim como qualquer envolvimento com os fatos ou mesmo a autoria, sustentando que não participou dos diálogos interceptados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sua versão não tem fundamento.

Como bem demonstrado pelo Ministério Público em alegações finais, não há dúvida a propósito de sua autoria, e de ser ele o Gordinho que conversou ao longo das interceptações.

Foi bem observado pelo investigador ouvido às fls. 391, que o próprio acusado, mesma pessoa que vinha conversando com Jeferson e Igor, em uma conversa específica, relata a ocasião em que os policiais, em cumprimento a mandado de busca e apreensão, foram até a sua casa e sua mãe disse o seu verdadeiro nome, Jairo, fls. 74, conversa 78.

Nessa conversa, Jairo arrisca dizer que seu apelido não seria Gordinho, e sim Magrelo. Entretanto, na realidade estava apenas cumprindo o que havia combinado logo antes com Jeferson, fls. 73, conversa 76.

Não fosse suficiente, em um diálogo específico, de nº 87, fls. 77, Igor, utilizando o telefone de Jeferson, conversou com um homem que vendia droga na biqueira, para a associação, e esse homem comentou que estava com o "Jairo". Instantaneamente Jairo gritou, à distância, que não era para falar seu nome. Na sequência, a conversa continua entre Igor e Jairo que, a partir daí, este é chamado de Gordinho.

Impõe-se a condenação de todos.

Tráfico

A materialidade está comprovada às fls. 123/124 do apenso.

A autoria é negada pelos acusados Igor e Jeferson, os quais, em interrogatório, fls. 378/ e 379, negam qualquer envolvimento com o tráfico, sustentando que não estavam presentes quando, em operação policial para prendê-los e para prender Galego, houve disparos de arma de fogo que causaram a morte de Galego.

Não prospera a versão dos acusados.

Em 08.06.2012, a polícia realizou operação voltada à prisão dos acusados Igor e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Jeferson e de Galego, ainda foragidos. Um dos pontos de droga identificados pelas interceptações – que continuaram em andamento -, situado na Rua Pernambuco, nº 12, foi cercado pelos policiais.

Apesar de a droga ter sido apreendida em poder de Galego, as conversas telefônicas que foram travadas posteriormente à operação não deixam dúvidas de que Jeferson e Igor estavam juntos de Galego na ocasião, sendo também proprietários da droga que seria vendida. A polícia somente não logrou prendê-los naquela data, pois fugiram, com êxito, pela frente.

Confirmam-se os diálogos nº 48 (Jeferson comenta com terceiro que "estavam todos juntos", Jeferson, Igor e Galego, quando da operação policial), 49 (Jeferson explica a terceiro que os três chegaram na biqueira, mas na hora de sair Galego foi por trás), 57 (em conversa com Igor, Jairo "Gordinho" diz que viu os policiais e que "tem certeza que se a polícia invadissem a casa, eles iam matar todos eles"), 60 (em conversa com "Li", Jeferson ressalta que foi no "último minuto" que se separaram, Galego indo por um caminho, e eles por outro), 63 (em conversa com um homem, Jeferson lamenta o fato de Galego ter decidido ir sozinho pelo mato), 65 (em conversa com um homem, Jeferson comenta que Galego era o "maior parceirão" e foi para o lado errado, porque eles estavam todos juntos), 88 (Igor conta para Crisleide o que coorreu no dia da morte de Galego, os três estavam indo para a biqueira, mas quando chegaram no muro notaram a polícia - "molhou" -, vindo a separar-se depois, Galego indo por um caminho diferente). A mesma dinâmica é relatada ainda nos diálogos 94 e 123.

Passo à dosimetria da pena (sistema trifásico: art. 68, caput CP).

Jeferson – Associação para o Tráfico

Pena Privativa de Liberdade.

Primeira fase (circunstâncias judiciais: art. 59, CP): a pena é aumentada em 1/6 em razão dos antecedentes criminais (fls. 340, 355, 356) e em mais 1/6 em razão de, entre as drogas objeto da traficância para a qual associaram-se os acusados, estar o crack (aliás apreendido com Galego), entorpecente de natureza sabidamente mais pernicioso, nocivo e deletério que a maioria



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

dos existentes, gerando maior lesividade à saúde pública. O website do programa Crack - É Possível Vencer (<http://www.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/home>) ensina: "de efeito rápido e intenso, o crack leva o usuário rapidamente à dependência"; em comparação com a maconha, "uma vez que o crack deixa o indivíduo mais impulsivo e agitado, e gera dependência e fissura de forma intensa, ele termina tendo um impacto maior sobre a saúde e as outras instâncias da vida do indivíduo do que, em geral, se observa com a maconha"; em comparação com a cocaína, "apesar de serem drogas com a mesma origem, o efeito do crack é mais potente do que a cocaína inalada; por ser fumado, o crack é absorvido de forma mais rápida e passa quase que integralmente à corrente sanguínea e ao cérebro, o que potencializa sua ação no organismo". O aumento de pena com tal fundamento é admitido pelo STJ (HC 197.113/ES, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 03/12/2012; AgRg no REsp 1296166/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 13/11/2012, DJe 21/11/2012).

Segunda fase (agravantes ou atenuantes: arts. 61, 62 e 65, CP): a pena é aumentada em 1/6 em razão da reincidência (fls. 326) e em mais 1/6, porque, como bem demonstrado pela acusação em memoriais e confirmado pelo exame das conversas interceptadas, Jeferson constitui-se em agente que promovia e dirigia a atividade dos demais agentes (art. 62, I, CP).

Terceira fase (causas de diminuição ou aumento da pena): aumenta-se a pena em 1/6 em razão da utilização de armas de fogo, pela associação (art. 40, IV, Lei nº 11.343/06).

Pena definitiva: 06 anos, 05 meses e 23 dias.

Regime inicial de cumprimento (art. 33, §§ 2º e 3º c/c art. 59, III, CP, e art. 387, § 2º, CPP): fechado, em razão da quantidade de pena, das circunstâncias judiciais, causa de aumento e agravantes, inclusive a reincidência.

Substituição por penas alternativas (art. 44, CP): incabível.

Pena Pecuniária (art. 49 c/c art. 59, II c/c art. 60, CP): partindo-se dos 700 dias-



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

multa, com os cinco aumentos de 1/6 nos termos executados em relação à pena privativa de liberdade, chega-se a 1510 dias-multa. Vale cada qual o mínimo legal, em razão da condição econômica do acusado.

Jeferson – Tráfico

Pena Privativa de Liberdade.

Primeira fase (circunstâncias judiciais: art. 59, CP): a pena é aumentada em 1/6 em razão dos antecedentes criminais e em mais 1/6 em razão de o tráfico dizer respeito ao crack, pelas razões expostas na dosimetria do delito de associação.

Segunda fase (agravantes ou atenuantes: arts. 61, 62 e 65, CP): a pena é aumentada em 1/6 em razão da reincidência. Não há o reconhecimento da agravante da liderança, aqui, porque no que diz com este específico ato de traficância - dessa droga, apreendida com Galego - tal situação não foi comprovada.

Terceira fase (causas de diminuição ou aumento da pena): aumenta-se a pena em 1/6 em razão da utilização de arma de fogo (art. 40, IV, Lei nº 11.343/06).

Pena definitiva: 09 anos, 03 meses e 04 dias.

Regime inicial de cumprimento (art. 33, §§ 2º e 3º c/c art. 59, III, CP, e art. 387, § 2º, CPP): fechado, em razão da quantidade de pena, das circunstâncias judiciais, causa de aumento e agravante da reincidência, além da grande quantidade de droga apreendida.

Substituição por penas alternativas (art. 44, CP): incabível.

Pena Pecuniária (art. 49 c/c art. 59, II c/c art. 60, CP): partindo-se dos 500 dias-multa, com os quatro aumentos de 1/6 nos termos executados em relação à pena privativa de liberdade, chega-se a 925 dias-multa. Vale cada qual o mínimo legal, em razão da condição econômica do acusado.

Igor – Associação para o Tráfico

Pena Privativa de Liberdade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Primeira fase (circunstâncias judiciais: art. 59, CP): a pena é aumentada em 1/6 em razão de, entre as drogas objeto da traficância para a qual associaram-se os acusados, estar o crack, pelas razões já expostas anteriormente.

Segunda fase (agravantes ou atenuantes: arts. 61, 62 e 65, CP): não há.

Terceira fase (causas de diminuição ou aumento da pena): aumenta-se a pena em 1/6 em razão da utilização de armas de fogo, pela associação (art. 40, IV, Lei nº 11.343/06).

Pena definitiva: 04 anos e 01 mês.

Regime inicial de cumprimento (art. 33, §§ 2º e 3º c/c art. 59, III, CP, e art. 387, § 2º, CPP): fechado, em razão da circunstância judicial, na causa de aumento e da intensidade com que a traficância era praticada, como se nota claramente a partir das conversas interceptadas.

Substituição por penas alternativas (art. 44, CP): incabível.

Pena Pecuniária (art. 49 c/c art. 59, II c/c art. 60, CP): partindo-se dos 700 dias-multa, com os dois aumentos de 1/6 nos termos executados em relação à pena privativa de liberdade, chega-se a 952 dias-multa. Vale cada qual o mínimo legal, em razão da condição econômica do acusado.

Igor – Tráfico

Pena Privativa de Liberdade.

Primeira fase (circunstâncias judiciais: art. 59, CP): a pena é aumentada em 1/6 em razão de o tráfico dizer respeito ao crack, pelas razões já expostas.

Segunda fase (agravantes ou atenuantes: arts. 61, 62 e 65, CP): não há.

Terceira fase (causas de diminuição ou aumento da pena): aumenta-se a pena em 1/6 em razão da utilização de arma de fogo (art. 40, IV, Lei nº 11.343/06).

Pena definitiva: 06 anos, 09 meses e 20 dias.

Regime inicial de cumprimento (art. 33, §§ 2º e 3º c/c art. 59, III, CP, e art. 387, § 2º, CPP): fechado, em razão da circunstância judicial, da causa de aumento e da grande quantidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de droga apreendida.

Substituição por penas alternativas (art. 44, CP): incabível.

Pena Pecuniária (art. 49 c/c art. 59, II c/c art. 60, CP): partindo-se dos 500 dias-multa, com os dois aumentos de 1/6 nos termos executados em relação à pena privativa de liberdade, chega-se a 680 dias-multa. Vale cada qual o mínimo legal, em razão da condição econômica do acusado.

Jairo – Associação para o Tráfico

Pena Privativa de Liberdade.

Primeira fase (circunstâncias judiciais: art. 59, CP): a pena é aumentada em 1/6 em razão de, entre as drogas objeto da traficância para a qual associaram-se os acusados, estar o crack, pelas razões já expostas anteriormente.

Segunda fase (agravantes ou atenuantes: arts. 61, 62 e 65, CP): não há.

Terceira fase (causas de diminuição ou aumento da pena): aumenta-se a pena em 1/6 em razão da utilização de armas de fogo, pela associação (art. 40, IV, Lei nº 11.343/06).

Pena definitiva: 04 anos e 01 mês.

Regime inicial de cumprimento (art. 33, §§ 2º e 3º c/c art. 59, III, CP, e art. 387, § 2º, CPP): fechado, em razão da circunstância judicial, na causa de aumento e da intensidade com que a traficância era praticada, como se nota claramente a partir das conversas interceptadas.

Substituição por penas alternativas (art. 44, CP): incabível.

Pena Pecuniária (art. 49 c/c art. 59, II c/c art. 60, CP): partindo-se dos 700 dias-multa, com os dois aumentos de 1/6 nos termos executados em relação à pena privativa de liberdade, chega-se a 952 dias-multa. Vale cada qual o mínimo legal, em razão da condição econômica do acusado.

Julgo procedente a ação penal para **condenar** os acusados Igor Eduardo Turcarelli e Jeferson Turcarelli como incurso no art. 35 c/c art. 40, IV da Lei nº 11.343/06 e, na



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

forma do art. 69 do Código Penal, no art. 33 c/c art. 40, IV da Lei nº 11.343/06, e o acusado Jairo Alberto Jesue da Silva Gabriel como incurso no art. 35 c/c art. 40, IV da Lei nº 11.343/06, aplicando as penas totais¹ de:

a) a Jeferson Turcarelli, 15 anos, 08 meses e 27 dias de reclusão em regime inicial fechado, e 2435 dias-multa, valendo cada qual 1/30 do salário mínimo;

b) a Igor Eduardo Turcarelli, 10 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão em regime inicial fechado, e 1632 dias-multa, valendo cada qual 1/30 do salário mínimo;

c) a Jairo Alberto Jesue da Silva Gabriel, as penas de 04 anos e 01 mês de reclusão em regime inicial fechado, e 952 dias-multa, valendo cada qual 1/30 do salário mínimo.

Tendo respondido ao processo em liberdade, assegura-se o direito de recorrerem na mesma condição.

Sem condenação em custas, uma vez que fazem jus à AJG.

P.I.

São Carlos, 25 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

¹ As penas de Jeferson Turcarelli e Igor Eduardo Turcarelli, de cada delito, são somadas, ante o concurso material, na forma do art. 69 do Código Penal.